

Mapas: (Re)Cortes Coloniais

Fátima da Cruz Rodrigues

2005

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo analisa-se o papel dos mapas na construção, material e imaginada, do mundo colonial.

Pretende-se questionar a produção destas representações gráficas segundo duas dimensões analíticas:

- a primeira interpreta estas representações enquanto modalidades de conhecimento que serviram, e que poderão continuar a servir, interesses de cariz política, ideológica e económica dos países do Norte; neste domínio tecem-se, também, breves considerações sobre a forma como a construção das fronteiras territoriais, com base no conhecimento cartográfico ocidental, menosprezou os habitantes que preexistiam as regiões demarcadas;
- a segunda, procura analisar a cartografia enquanto representação que, ao longo do tempo, excluiu outras formas de representar, de reconhecer e de nomear territórios, produzidas por saberes não ocidentais.

Deste modo, procura-se reflectir sobre a interdependência entre a construção dos mapas políticos¹ e as forças sociais, económicas, políticas e ideológicas que os condicionam.

Os estudos sobre colonialismo e culturas imperiais, nomeadamente os estudos pós-coloniais, têm reconhecido o papel dos conhecimentos geográficos, entre os quais os mapas, nos esforços europeus para construir o mundo colonial material e imaginado. Angela Guimarães, na sua pesquisa sobre a Sociedade de Geografia de Lisboa, realça “o carácter estratégico da geografia, que constitui em si um poder indispensável a quem domina os aparelhos de Estado; particularmente necessário em períodos de expansionismo [...]” (1984: 14). A própria disciplina de geografia tem efectuado uma auto-crítica quanto à sua responsabilidade histórica na construção do espaço e império coloniais. Estas críticas não se dirigem, apenas, aos efeitos sociais e políticos decorrentes dos conhecimentos produzidos pela geografia, como também às

formas de negociação e de cumplicidade que, ao longo da construção dos impérios, esta disciplina estabeleceu com os poderes coloniais. Para Atkinson, esta análise crítica permite identificar e compreender os papéis cultural, social e político que a geografia assumiu na construção, material e imaginada, do mundo colonial (2003: 9).

Sendo assim os mapas políticos não representam, apenas, a delimitação de territórios: a sua construção foi acompanhada por muitos outros processos. Por um lado, o mapa delimita e nomeia e, ao fazê-lo, assume também a capacidade de circunscrever, reunir, separar, excluir, expulsar, rasurar. Por outro lado, a concepção dos mapas políticos serviu o incessante desenho e redesenho das fronteiras políticas exigidas pelas contendas decorrentes das pretensões expansionistas das potências coloniais. Embora estas fronteiras existam, na óptica colonial, para delimitar territórios e assim encerrá-los sob o domínio daqueles que os apropriam, elas podem também ser interpretadas como “zonas de contacto” as quais, segundo Mary Pratt, correspondem a espaços de encontros coloniais no seio dos quais pessoas, histórica e geograficamente separadas, entram em contacto e estabelecem relações, normalmente assimétricas entre colonizado e colonizador, mas que implicam sempre intercâmbios e interações diversas normalmente ignoradas na literatura colonial (1992).

Estes cortes e recortes do mundo convertem, facilmente, os mapas em poderosos instrumentos de controlo, de regulação e de dominação sociais, culturais e políticos ao serviço, não só, da construção de impérios coloniais como também da manutenção das suas lógicas de dominação na época pós-colonial.

2. Mapas e Conhecimentos

Analisar os mapas sob esta perspectiva implica, antes de mais, assumir que se trata de uma construção que é indissociável da problemática da “[...] diversidade epistemológica do mundo, da pluralidade conflitual de saberes que informam as

práticas sociais e o modo como ela se repercute no questionamento epistemológico da ciência moderna em geral e das ciências sociais em particular” (Santos *apud* Meneses, Nunes, Santos, 2004: 19). Os mapas políticos constituem uma forma de conhecimento ocidental passível de ser analisada sob o ponto de vista “[...] da transformação da ciência em única forma de conhecimento válido [...]” (Meneses, Nunes, Santos, 2004: 19). Trata-se de um conhecimento que, tal como outros conhecimentos científicos, serviu a tendência europeia de valorização do saber ao serviço da expansão do progresso e do capitalismo, indissociáveis entre si na época da expansão colonial. A geografia parece ter sido uma das ciências que, sobretudo no século XIX, mais contribuiu nesse sentido. Sendo assim, analisar as dimensões política e ideológica da geografia significa entrar no debate epistemológico da colonização do conhecimento que envolveu “[...] a transformação dos critérios de validade do conhecimento em critérios de cientificidade do conhecimento [...]” e o privilégio, por parte da ciência moderna, “[...] de definir, não só o que é ciência, mas muito mais do que isso, o que é conhecimento válido.” (*id. ibid*)

A construção de mapas parece corresponder, em parte, a este processo de transformação e de construção de conhecimento único, e de exclusão de outras formas de representar os espaços. A este respeito analisemos as formas como a própria definição de cartografia e de mapa, por um lado, e a história da cartografia pelo outro, tendem a excluir representações do espaço que não correspondam aos critérios de cientificidade que a validam.

Definições de Cartografia, de Mapas e de Projecções Cartográficas

Quanto às definições de cartografia,² elas não ignoram formas de representar o espaço que não correspondam aos critérios de cientificidade mas distinguem-nas da ciência, remetendo-as para outras categorias. Segundo Cruz e Alves “a Cartografia pode ser definida como a Ciência e arte de expressar graficamente, por mapas ou

cartas, o nosso conhecimento da superfície da Terra e dos seus vários aspectos [...]”. Acrescentam que a cartografia é ciência quando corresponde às:

[...] preocupações humanas em tentar representar num plano a dificilmente conceptível superfície da Terra, a que chamamos Geóide; é objecto da matemática conseguir arranjar relações (fórmulas) que permitam essa representação, permitindo ainda conceber um conjunto de quadrículas que vão permitir ao homem indicar com facilidade a outro homem, o posicionamento de locais ou objectos, ou seja um sistema de referenciação (Alves e Cruz, 1984) (figura 1).

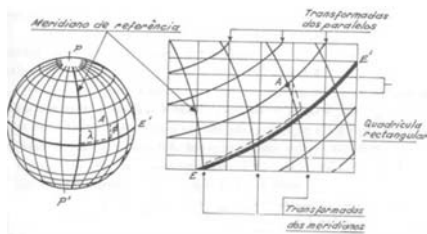


Figura 1 - processo de transformação da representação de uma porção da terra numa superfície plana. Os mapas não representam o mundo geóide, por isso se passou a conceber a terra através do globo. (fonte: Alves e Cruz, 1984)

Quanto à cartografia enquanto Arte, os mesmos autores, incluem nesta categoria “[...] a maneira artística como sempre foi apresentado o desenho dos diversos aspectos da superfície da Terra, da sua gravação, em suma, a construção da carta” (*id. ibidem*). Então por carta ou mapa entende-se:

[...] qualquer figuração plana da superfície da terra, ou de outro corpo celeste, na qual são representadas as posições relativas dos vários objectos, numa determinada escala e numa determinada projecção cartográfica. [...] Uma característica comum a todas as cartas é o facto de serem imagens (ou melhor modelos) reduzidas e convencionais da realidade que representam (Gaspar, 2005: 4- 5).

Sendo assim a cartografia-ciência é classificada como uma forma de conhecimento que só pode sê-lo quando obedece a critérios convencionais e a processos de construção aplicados à recolha e validação de dados, de diversos tipos

dependendo do mapa em causa, e utiliza sistemas de localização e de símbolos particulares.³

Contudo, convém realçar que para as ciências cartográficas os mapas são representações selectivas da realidade:

[...] não são a realidade, nem sequer mostram mais do que uma sua fracção ínfima, designadamente aquela que interessa à actividade e curiosidade humanas. Mesmo esta pequena parcela é representada com erros, omissões e imprecisões, as quais resultam do modo imperfeito como a informação é adquirida, do facto de esta se modificar ao longo do tempo, e também, das limitações inerentes aos próprios métodos de representação. Os mapas devem, assim, ser entendidos como instrumentos fabricados pelo Homem, à medida dos seus próprios desígnios, dimensão e limitações (Gaspar, 2005: 4).

Este excerto indica, por um lado, que esta ciência reconhece as limitações e os erros que acompanham as suas produções.⁴ Por outro lado, assume, também, que estas produções, nomeadamente os mapas, não são conhecimentos isentos de propósitos ideológicos, políticos ou outros porque “[...] a carta é uma selecção mais ou menos criteriosa de entidades naturais e artificiais, visíveis e invisíveis, condicionada pelo propósito do seu construtor [...]” (*ibid*: 5). A sua construção esteve, ao longo de toda a história do conhecimento ocidental, associada a pressupostos ideológicos e políticos, como se pode verificar com o “Mapa TO” (figura 2) que ilustra claramente o conceito de mundo idealizado na Idade Média.



Figura 2- mapa de S. Isidoro de Sevilha (séc.VII), impresso em 1472. (Fonte: Pombo, Olga). Terra representada como disco rodeado pelo “Mar Oceano” (“O”) e os 3 continentes conhecidos, cada um deles atribuído a um dos 3 filhos de Noé que se distribuem em torno da cidade de Jerusalém. A haste T é o Mediterrâneo e os seus braços são os rios Nilo e Don. Na parte superior está o paraíso (Gaspar, 2005: 1).

Em suma, embora as ciências cartográficas obedeam a um conjunto de critérios de cientificidade a partir dos quais produzem os seus conhecimentos e dele excluem outros, estas reconhecem, simultaneamente, as limitações e as possibilidades de erro do seu saber.

Além disso as ciências cartográficas também assumem, em parte, que o seu conhecimento, não é neutro. Se nos centrarmos na cartografia, podemos verificar que ela tem desenvolvido uma postura auto-crítica, a qual parece corresponder ao debate interno da ciência acerca da pluralidade epistemológica que “[...] questiona o carácter monolítico do cânone epistemológico e interroga-se sobre a relevância epistemológica, sociológica e política da diversidade interna das práticas científicas, dos diferentes modos de fazer ciência, da pluralidade interna da ciência [...]” (Meneses, Nunes, Santos, op.cit: 31).

No âmbito deste debate pode começar-se por realçar que os cartógrafos reconhecem que “uma carta ou um mapa, não constituem um fim em si mesmos, mas antes um meio para que o homem possa alcançar outro objectivo mais complexo, o estudo do seu meio ambiente para uma determinada finalidade” e que a escolha do critério a partir do qual se escolhe um dos “[...] inúmeros sistemas de representação cartográfica, cada um com as suas vantagens e inconvenientes [...]” depende de um conjunto de parâmetros⁵ entre os quais “o fim a que a carta se destina [...]” (Alves e Cruz, 1984). É precisamente a propósito destes fins a que se destinam as cartas e sobretudo dos efeitos que essas podem produzir, designadamente no âmbito das representações do mundo, que alguns cartógrafos têm produzido uma postura crítica dirigida à cartografia ocidental.

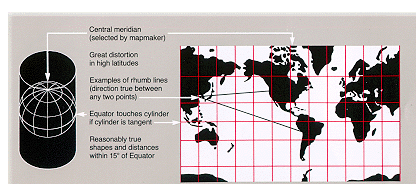


Figura 3: Projeção Cilíndrica de Mercator (Fonte: Earth Sciences & Map Library: 2005), atribuída ao cartógrafo Gerhard Kramer (1512-1594).

Um exemplo desta crítica interna da cartografia é a análise à projecção de Mercator (figura 3) desenvolvida por Peters. Para este historiador e cartógrafo, a projecção de Mercator, “a mais popular das projecções cilíndricas [...]” (Gaspar, op.cit: 126), é política e socialmente orientada. Peters inicia esta crítica na década de 1950 ao argumentar, numa conferência, que os mapas são altamente problemáticos e que as projecções são representações por defeito que produzem representações sociais e políticas (Ríos, 2001; Krygier, 2003). Ilustra a sua ideia através da projecção de Mercator mostrando que esta tende a centrar o mundo na Europa, distorcendo o tamanho relativo das massas continentais, inchando as zonas do Norte à custa das regiões equatoriais (figura 4). Para Peters, esta representação sobrevaloriza o homem branco e distorce a imagem do mundo. Embora esta perspectiva tenha gerado uma forte polémica no seio das ciências cartográficas, foi partilhada por alguns, que consideram que a projecção Mercator representa a mentalidade colonialista e racista. É o caso de Galeano que reitera esta acusação observando que este mapa outorga 2/3 do mundo ao norte do equador e apenas 1/3 ao sul deste. Acrescenta que a superfície da Europa é mais extensa do que a América Latina quando esta, na realidade, duplica a superfície da primeira, e que os EUA e o Canadá ocupam mais espaço do que a África quando a extensão daqueles não chega a 2/3 do Continente africano. Conclui então: “ o mapa mente. A geografia tradicional rouba o espaço, tal como a economia imperial rouba a riqueza, a história oficial rouba a memória e a cultura formal rouba a palavra” (1998: 323). Peters apresenta então uma projecção alternativa (figura 5), hoje uma das três projecções mais utilizadas,⁶ e dá poder ao denominado terceiro mundo mostrando-lhe o tamanho das suas terras em comparação com as do primeiro mundo.⁷



figura 4-Projecção Mercator (Fonte: Ríos, 2001)



figura 5- Projecção de Peters (Fonte: Krygier, 2003)

O exemplo apresentado ilustra o debate interno que ocorre no seio das ciências cartográficas ao mesmo tempo que expressa o carácter político e ideológico dos conhecimentos produzidos no âmbito desta matéria. Por sua vez podemos supor que a divulgação de determinadas projecções influencia as percepções e as representações do mundo. Por exemplo parece que as crianças têm tendência a representar o mundo recorrendo precisamente à projecção de Mercator porque tendem a atribuir ao Norte áreas exageradas (figura 6).

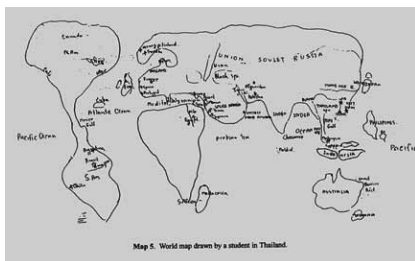


figura 6- mapa mental do mundo desenhado por crianças (Fonte: Krygier, 2003)

Parece então evidente que o mapeamento ocidental do mundo contribui para imprimir, no espaço representado, construções imaginadas do mundo reveladoras do seu carácter político e ideológico.

História da Cartografia

Uma análise à história da cartografia, permite, por sua vez, revelar a forma como a construção da ciência ocidental correspondeu à canonização de um conhecimento

único e, simultaneamente, à subalternização e, em certos casos, à eliminação de outros saberes.

Antes de mais, a origem da cartografia moderna é situada geográfica, cultural e temporalmente na Grécia, no século VI a.C.: considera-se comumente que a “fundação da Geodesia e Cartografia europeias remonta [...] à civilização grega clássica, não tendo estas ciências sido objecto de outras contribuições significativas até ao século XV” (Gaspar, op.cit: 1). O marco mais significativo da origem deste conhecimento é atribuído a Eratóstenes (276-196 a. C.), que estabeleceu a primeira medida da circunferência terrestre (figura 7). O auge da cartografia Grega é situado na obra produzida por Ptolomeu (figura 8). Podemos ver que esta história canónica da cartografia corresponde a uma visão puramente ocidental e eurocêntrica da cartografia: não faz referência a conhecimentos que possam ter sido produzidos por outras civilizações, ou que tenham resultado de contaminações entre conhecimentos vários, desenvolvidas em “zonas de contacto”, excepto no caso da cartografia chinesa. Esta é incluída na história da cartografia por se considerar que na “época medieval estava, por um lado, bem mais avançada do que a cartografia europeia [...]” e por recentemente se reconhecer que “[...] a projecção cilíndrica conforme (projecção de Mercator), descoberta na Europa durante o século XVI, ter sido utilizada na China no ano de 940” (Gaspar, op.cit: 2). O reconhecimento do saber desse Outro, por parte da cartografia ocidental, é compreensível se adoptarmos a perspectiva de Boaventura de Sousa Santos, segundo a qual o Oriente é interpretado, ao longo da história das “descobertas”, como a civilização alternativa ao Ocidente, como o Outro civilizacional, o primeiro espelho da diferença, ao contrário das outras civilizações “descobertas” nas épocas de expansão colonial (1999: 2).

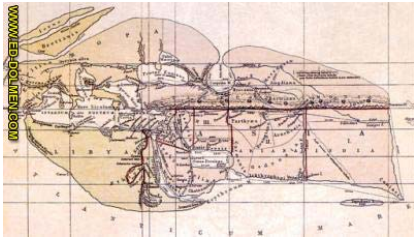


figura 7- Mapa Mundo de Eratóstenes 220 a.C (Fonte Arthistoria, 2001). Representa a bacia mediterrânica, o Mar negro, o Corno de África, a Península Arábica e o Golfo Pérsico (Defarges, 2003: 23)



figura 8- Mapa mundo Ptolomaico. Desenhado em 1482 a partir do tratado *Introdução à Geografia* de Cláudio Ptolomeu, escrito em 150/170 (Fonte: Wilson, 2005)

A história da cartografia atribui um destaque particular à época dos “descobrimentos”, por se tratar do momento que, no fundo, é fruto da acumulação de conhecimentos resultantes de desenvolvimentos técnicos, tais como o emprego generalizado da bússola desde o século XIII, dos trabalhos desenvolvidos por gerações de cartógrafos em Génova, Veneza, Florença e Barcelona e, por fim, das grandes viagens de Colombo, de Vasco da Gama e de Magalhães e Elcano (Defarges, 2003: 24). A Portugal é dado um papel de destaque neste processo de construção ocidental do conhecimento cartográfico uma vez que se assume que “[...] a maior parte das cartas marítimas europeias do século XV foram, seguramente, influenciadas pelos ‘descobrimentos’ [...]” (Gaspar, 2005: 2). E é precisamente entre os séculos XVI e XVIII que “a geografia como disciplina estruturada, organizada e ensinada, toma progressivamente forma [...]” (*ibid*: 25). A partir do século XV gradualmente vai-se substituindo a forma erudita de representação do mundo, baseada no modelo de Ptolomeu, pelas cartas marítimas (figura 9) consideradas mais exactas. Mas não se pode esquecer que o modelo erudito se fez sentir durante muito tempo sobretudo “[...] na representação das regiões cuja geografia era menos conhecida” (Gaspar, op.cit: 2). Outro dos marcos históricos mais significativos nesta história é a projecção

de Mercator de 1569 acima referida. O século das luzes é apontado como o momento decisivo de “libertação” da cartografia ocidental “[...] da influência grega, do misticismo medieval e de algum cariz artístico e fantasista da cartografia renascentista” (*Ibid*: 4-5). Por fim, no século XX, a introdução e desenvolvimento de novas tecnologias, permite, à cartografia, avanços sem precedentes, sendo hoje produzida através da fotometria e do sensoriamento remoto por satélite.



figura 9- carta atlântica e do pacífico oriental de João Teixeira Albernaz (1681) (Fonte: Universia Brasil, 2005)

Desta breve análise efectuada às definições de cartografia e de mapas, por um lado, e à história da cartografia pelo outro, podemos concluir que ambos os domínios excluem outras formas de representar de reconhecer e de nomear territórios. A história da cartografia esquece-se, por outro lado, de mencionar os conhecimentos que esta ciência foi importando de outros universos de saber, como parece ter sucedido com saberes de habitantes de África e também da América do Sul, que contribuíram para a construção deste conhecimento mas que são raramente mencionados nos seus relatos oficiais, como procuraremos ilustrar de seguida.

3. Outros Mapas

O processo de construção histórico da ciência cartográfica menospreza outras formas de saber mapear, assim como rasura saberes que cooptou de conhecimentos não canónicos.

Para começar pode referir-se o exemplo dos mapas aborígenes do povo mexicano da época pré-hispânica (figura 10). Estes tiveram a sua própria cartografia muito antes de que se “descobrisse” a América. Os cronistas da época dos “descobrimientos” referem frequentemente, nos seus diários de viagens, as cartas que os aborígenes lhes mostraram, considerando-as compreensíveis. Estas cartas parecem ter facilitado a descrição de determinadas zonas⁸ “descobertas”. Estes cartógrafos pré-hispânicos desconheciam projecções e escalas, tal como no Ocidente antes do desenvolvimento deste tipo de saber, fazendo as suas representações como se a terra fosse plana e sem preocupações com as distâncias precisas entre os pontos representados, dado as imensas extensões de superfície que abrangiam. Tratava-se, forçosamente, de uma cartografia deficiente, tal como qualquer outro tipo de representação, como já atrás referimos, mas cujos conhecimentos foram aproveitados pelos cartógrafos ocidentais. Os trabalhos cartográficos levados a cabo imediatamente após a conquista mostram uma notória influência indígena, que no século XVII se atenua até desaparecer praticamente no século XVIII. Esta influência não se verifica nas cartas marítimas que, como é compreensível, eram construídas com base em conhecimentos astronómicos e outros. Pelo contrário, as cartas territoriais e de povoações revelam a influência indígena nos símbolos utilizados, nomeadamente nos que indicam templos religiosos (representados por uma cruz sobre uma pirâmide) e nos caminhos (representados por pegadas de ferraduras). Logicamente com o desenvolvimento da cartografia ocidental produzida a partir desta época, estas influências foram desaparecendo.



figura 10 - mapa pré-hispánico (Fonte: Instituto Nacional de Estadística Geografía e Informática, 2005)

Um outro exemplo representativo deste aspecto foi o caso do mapeamento de África efectuado pelos portugueses. Estes utilizaram informações de sertanejos, de pombeiros e de escravos (Guimarães, 1984: 17) sobre as regiões de África que interessavam a Portugal desde a sua pretensão de unir o império africano de Costa a Costa. A partir destas informações concluiu-se que a travessia de Costa a Costa já fora efectuada, mas esta só poderia ser reconhecida caso fosse efectuada por um cientista e caso esta travessia fosse validada através dos meios convencionais. Tanto no primeiro exemplo como no segundo estes conhecimentos e influências não são referidos na história da cartografia europeia que deles parece ter usufruído na construção do seu conhecimento.

Quer a influência dos cartógrafos pré-hispânicos, quer a dos diversos “informadores” dos cartógrafos europeus dos territórios africanos na produção cartográfica ocidental, parece corresponder a conhecimentos produzidos nos espaços dos encontros coloniais. Fruto das “zonas de contacto” e da dimensão interactiva dos encontros coloniais (Pratt, *op.cit*), estes conhecimentos, apropriados pelo ocidente e rasurados da sua história oficial, decorreriam das relações desiguais e coercitivas características dos encontros entre o “descoberto” e o “descobridor” no espaço-fronteira colonial. Neste processo, “a produção do Ocidente, como forma de conhecimento hegemónico, exigiu a criação de um Outro, constituído como um ser intrinsecamente desqualificado, um repositório de características inferiores em

relação ao saber e poder ocidentais e, por isso, disponível para ser usado e apropriado" (Meneses, Nunes, Santos, 2004: 24).

Por outro lado, os conhecimentos produzidos nestas condições estariam, por sua vez, na origem de uma versão de uma "consciência planetária" europeia, segundo Pratt (op.cit), resultante das explorações empreendidas ao interior dos continentes a partir das quais se construiu uma interpretação eurocêntrica do mundo moderno. A produção e divulgação de relatos de viagens e de expedições assumem um papel central neste processo, ao serem responsáveis pela produção das imaginações europeias sobre o mundo, tornando-se, simultaneamente, um poderoso instrumento de expansão colonial. O mapeamento do mundo que daí resultou, primeiro das viagens de circum-navegação, depois da expansão para o interior dos continentes "descobertos", ocupa um lugar central neste processo de "epistemicídio" e de dominação colonial.

Outro exemplo são os mapas dos nómadas. Alguns desses, ao contrário, dos anteriores, não são representações gráficas do espaço. Segundo Careri (2002), para o nómada o território também é lido, memorizado e mapeado. Contudo, o que o distingue do sedentário quanto à sua forma de orientação no território é que,

graças à ausência de pontos de referência estáveis, o nómada desenvolveu uma capacidade para construir a cada instante o seu próprio mapa. A sua geografia sofre uma mutação contínua, deforma-se no tempo em função da deslocação do observador e da perpétua transformação do território. O mapa nómada é um vazio no qual os percursos ligam poços, oásis, lugares sagrados, terrenos aptos para o pasto e espaços que se transformam a grande velocidade (*ibid*: 37).

Se para os sedentários tais espaços nómadas são vazios, para os nómadas esses vazios não são tão vazios, mas sim estão cheios de pegadas invisíveis: cada deformação é um acontecimento, um lugar útil para orientar-se e com o qual se

aspectos mais significativos do espaço nómada: a ausência de fronteiras no sentido ocidental do termo. Para Deleuze e Guattari “o espaço sedentário está marcado por muros, recintos e percursos entre esses recintos, enquanto que o espaço nómada é liso, marcado apenas por “traços” que se apagam e reaparecem com as idas e vindas”. Para os nómadas “os pontos de partida e de chegada têm um interesse relativo, enquanto que o espaço intermédio é o espaço do caminhar, a essência do próprio nomadismo, o lugar onde se celebra quotidianamente o rito do eterno errar [...]; o nomadismo assume o percurso como lugar simbólico onde se desenvolve a vida em comunidade” (*apud* Careri, *op.cit*: 37).

Desta forma, o nómada depara-se com o processo de sedentarização que, para Rodrigues (2005), não é uma escolha mas uma imposição de regimes despóticos do poder contra a autonomia nómada do desejo. Nesta óptica esta imposição, e a resistência que ainda contra ela alguns nómadas efectuam, permite, em parte, compreender a xenofobia que se abate ainda hoje sobre os ciganos ou sobre os índios, enquanto expressão da violência do “civilizado” sedentário contra o “selvagem” nómada. Young considera que nesta rivalidade não se encontram simplesmente duas pessoas diferentes, mas duas epistemologias: uma dessas epistemologias transporta consigo a noção de propriedade e de proprietário, de posse e possessão, a qual é totalmente diferente daquelas produzidas por quem não pode ser assimilado nesse sistema. O nómada trabalha a terra, tem uma relação íntima com a terra, mas não a possui: não se trata de uma relação de propriedade e de posse, mas sim de uma relação sagrada e ancestral (*op.cit*: 51).

Por outro lado o espaço nómada encontra também “zonas de contacto” onde, neste caso concreto, se estabelece como que uma espécie de osmose entre o espaço-vida nómada e o espaço-vida sedentário. O *Sahel* ilustra este processo por se tratar de uma margem de um deserto onde se encontram a pastorícia nómada com a agricultura sedentária. Na óptica de Careri, *Sahel* significa, na língua árabe, margem,

termo proveniente da palavra *Saara* que, pelo contrário, designa espaço vazio. O *Sahel* corresponde à margem desse “grande espaço vazio através do qual, como no mar, se ‘lançam amarras’” e ao limite mutante que configura um lugar de intercâmbios e de constantes desequilíbrios e reequilíbrios que decorrem do encontro entre ambas as civilizações (Careri, op.cit: 38). Mais uma vez estamos perante uma “zona de contacto” onde coabitam duas representações do espaço e os seus correspondentes modos de vida.

Com base no último exemplo apresentado, pode-se concluir que o processo de sedentarização não foi, nem é ainda hoje, um processo pacífico. Pelo contrário, é produto de violentas conquistas do sedentário sobre o nómada. Este processo de instauração de territórios de pertença e de identificação, através do desenho de fronteiras fixas, que, para alguns, é forçado, é acompanhado, inevitavelmente, por um processo de construção e aplicação de toda uma força reguladora dos espaços, dos percursos, dos tempos, dos ritmos colectivos, das identidades das pessoas e das comunidades. E é este processo que se afigura, ainda hoje, um dos mais eficazes quando se trata de dispor, de administrar e de vigiar tanto territórios como pessoas. Por sua vez, um dos efeitos deste processo é o de simultaneamente integrar o que é comum, semelhante e desejado e de excluir o que é diferente e indesejado. Os encontros entre o espaço-vida nómada e o espaço-vida sedentário, por sua vez, para além de, na maioria dos casos, terem sido, e serem ainda hoje, responsáveis pela sedentarização forçada do nómada, também deram origem a espaços transculturais tais como o *Sahel*, espaços de margem no seio dos quais interagem os dois modos de vida que não podem coexistir sem que cada um proceda a concessões, as quais, contudo, podem não ser pacíficas nem resultantes de relações igualitárias.

O desenho e a aplicação de fronteiras físicas, que significou a derrota e/ou a subalternização de formas de representar e de viver os territórios, não significou apenas uma imposição do sedentário sobre o nómada, como acabamos de ver, foi

também um dos processos utilizados pela expansão dos impérios coloniais, nos quais os mapas assumiram um papel preponderante, processo que analisaremos de seguida.

Os Mapas ao Serviço da Expansão Colonial

Tudo leva a crer que a produção de mapas também se traduziu na “[...] liquidação ou (n)a subalternização dos grupos sociais cujas práticas assentavam em tais conhecimentos” (Meneses, Nunes, Santos, 2004: 20). A construção e aplicação dos mapas políticos foram, e continuam a ser, uma área de conhecimento muito controversa. Desde que se construíram impérios até hoje, os mapas constituem conhecimentos que estiveram na origem de diversos conflitos ou que procuraram resolvê-los. É o caso, por exemplo dos mapas territoriais das Américas e de África que procuraram delimitar os territórios de expansão colonial das potências imperiais. Por outro lado, a aplicação efectiva das fronteiras territoriais desenhadas por mapas políticos, são geradoras de conflitos porque separam nações ao serviço dos desejos de Estados e circundam, no seio de uma mesma fronteira fixa, nações e povos dificilmente conciliáveis, separando simultaneamente outros “naturalmente” inseparáveis. Em suma trata-se de um campo de conhecimentos ao serviço dos desejos de conquistas, da imaginação dos impérios coloniais, e da perspectivação dos desejos de expansão.

O Tratado de Tordesilhas pode ser considerado um dos exemplos mais significativos desta relação entre o mapa e a expansão colonial da civilização europeia (figura 12). Assinado a 7 de Junho de 1494, por D. João II, Rei de Portugal, e por Fernando e Isabel, Reis de Aragão e Castela, este Tratado representa bem os conflitos decorrentes do desejo de expansão imperial de Portugal e de Castela para fora do quadro peninsular. O mapa que resultou deste tratado traduz, por sua vez, a importância que as ciências cartográficas tiveram em todo este processo. Basicamente o que o Tratado acordava era a repartição das influências portuguesa e

castelhana no espaço atlântico e nas conquistas ultramarinas. Representa claramente as rivalidades, existentes pela conquista dos “novos territórios”. Este desenhou uma fronteira que une os pólos Norte e Sul em linha recta. Trata-se, assim, de um recorte imperial que ignora qualquer pré-existência humana ou natural presente nesses territórios. Foi uma fronteira “artificial” que se fixou, embora se alterasse primeiro a favor dos portugueses e mais tarde em função do Brasil. É curioso como os impérios coloniais europeus revelaram a capacidade, tanto no caso das Américas, como mais tarde no caso das Áfricas, de delinear e fixar fronteiras “cientificamente desenhadas”, sobre territórios que praticamente desconheciam. Segundo Achugar, “a fronteira entre o império espanhol e português marcará, desde início, a história política e cultural da região; uma marca que atravessará os séculos e que chegará até ao presente” (2000).



figura 12- mapa do tratado de Tordesilhas (Fonte: Grupo Retis de Pesquisa, 2002)

Outro exemplo representativo do problema enunciado, mas agora em relação a África e com aproximadamente 400 anos de distância do Tratado de Tordesilhas, é o famoso Mapa Cor de Rosa (figura 13) que desenha um império português de Angola a Moçambique.⁹ Este materializa as intenções de expansão colonial portuguesa em África aquando da corrida europeia para este Continente à qual se assiste desde o

século XVII, mas que se consubstancia no século XIX. Este mapa ilustra a forma como, através da “geografia especulativa dos exploradores, da construção de mapas e das espacialidades pragmáticas dos governos coloniais”, “os conhecimentos geográficos deram sentido às expansões imperiais [...]” (Jacobs, 2003: 347).



figura 13- Mapa Cor de Rosa editado em 1886
(Fonte: Biblioteca Nacional, 2000)

O sonho do império de costa a costa, que alimentara Portugal durante séculos, parece tornar-se possível e necessário, precisamente a partir da segunda metade do século XVIII. É urgente face à ameaça de ocupação estrangeira nos reclamados territórios portugueses em África e possível porque a ciência oferece as condições necessárias para o concretizar. É neste contexto “[...] que se elabora a base cartográfica das explorações do século XIX” (Guimarães, op.cit:17).

O Mapa Cor de Rosa surge num contexto “[...] de mutação do ‘direito internacional’ aplicável a África” que acompanha “a nova fase do expansionismo europeu, que se interessava agora por estabelecer em África zonas directamente controladas e exploradas” (*ibid*: 43). É o Acto Geral da Conferência de Berlim (26 de Fevereiro de 1885) que consagra esse novo tipo de direito colonial, baseado na ocupação efectiva dos territórios. Portugal vê-se assim “obrigado” a garantir a ocupação dos territórios que considerava pertencer-lhe pelo direito histórico agora sem efeito. O Mapa Cor de Rosa é apresentado na assinatura de duas convenções, uma com a França e outra com a Alemanha, em 1886, de modo a representar a sua zona de influência que unia Angola a Moçambique. Essa zona foi representada em cor de rosa. Esta ideia foi contestada por Inglaterra por considerar que violava o acordo

da Conferência de Berlim. A partir desta Conferência a corrida europeia para África intensifica-se e Portugal envia várias expedições e tenta algumas ocupações entre as duas costas africanas. A geografia teve um papel central neste processo europeu de expansão colonial para África. Segundo Guimarães “a descoberta da nascente do Nilo, as ligações com o Zaire e a travessia de Costa a Costa são os três motivos que trazem à África Central, a partir de 1860, um afluxo crescente, em breve vertiginoso, de exploradores europeus com formação científica, bem equipados e apoiados por instituições, científica, económica e de Estado” (*ibid*: 20).

É neste contexto de viragem progressiva para África que a ciência assume um lugar central. Em Portugal “a vitória do movimento experimental na universidade portuguesa e as instituições científicas então criadas - laboratórios museus, jardins botânicos - e o novo tipo de intelectual indissociável deste processo, o naturalista, vão permitir uma nova abordagem da questão. A África torna-se um centro de interesse dos estudos científicos e a utilização dos recursos a sua principal motivação” (*ibid*: 18).

A ciência permite, não só garantir os avanços coloniais, mas também atribuir um novo significado à expansão colonial: uma expansão moderna, ao serviço do progresso e da missão civilizadora, agora científica e não religiosa. Esta ciência moderna constituiu ainda o principal marco para a formação da renovada “consciência planetária europeia do mundo” referida por Pratt (op.cit), que inaugura esta nova fase do capitalismo impulsionada pela procura de riquezas em África, objecto de cobiça entre as potências coloniais rivais. Segundo Ospina a cartografia colonial constituiu “uma forma de imaginar os domínios desejados, de construir um espaço à medida do desenho das aspirações nacionais [...]” e “um instrumento de apropriação simbólica de um território na realidade desconhecido” (1996).

A Sociedade de Geografia de Lisboa (S.G.L.), criada em 1875, contribui decisivamente neste processo, acompanhando os trabalhos das suas congéneres

européias. Desde a sua fundação, desencadeia “[...] uma intensa actividade no sentido de recuperar para Portugal as posições perdidas ou periclitantes nesta acérrima partilha” (Guimarães, op.cit: 20). As expedições que programou e implementou constituíram elementos fundamentais para os propósitos de expansão portuguesa. No caso do Mapa Cor de Rosa, este não é mais do que uma reedição de um plano estratégico de estabelecimento de “estações civilizadoras” em África delineado pela S.G.L.: para quem “a localização das estações corresponde perfeitamente aos pontos nevrálgicos, adequados à defesa e expansão das posições portuguesas” (*ibid*: 41). Esta estratégia revela que a S.G.L. se preocupou em “[...] justificar os ‘direitos históricos’ de Portugal em África [...]” (*ibid*: 43) e fê-lo através da constituição de provas sobre as travessias, da construção de mapas e de outros documentos como diários de viagens entre outros, de modo a garantir o lugar de Portugal no movimento expansionista europeu.

Estes mapas, representativos dos desejados territórios coloniais, não serviram apenas para delimitar as fronteiras das potências imperiais, e deste modo, regular a expansão, serviram, ao mesmo tempo, para reduzir a probabilidade de conflitos entre elas. Ospina afirma que a cartografia “[...] não procurava retratar com a fidelidade da ilustração do século XVIII, as terras americanas, mas sim afirmar um governo em conflito” (op.cit), processo que se fez à custa do esvaziamento dessas terras dos seus habitantes históricos, e que permitiu estabelecer os limites entre os nacionais e os “outros”.

Neste sentido, o conhecimento científico que sustenta os mapas políticos constitui um instrumento fundamental quer na construção do Estado-Nação moderno, quer na divulgação da ideologia nacionalista-colonialista que se sente na época em análise.

A S.G.L, por exemplo, em Julho de 1881, aprova um “apelo ao Povo português em nome da Honra, do Direito, do Interesse e do Futuro da Pátria” e lança um

movimento de “Subscrição Nacional Permanente” destinado ao estabelecimento de “estações civilizadoras” nos territórios sujeitos e adjacentes ao domínio português. Esta e outras propostas da S.G.L. revelam uma das ideologias predominantes da época que transformava a expansão colonial numa fatalidade histórica e num imperioso dever moral de regeneração individual e colectiva da nação: “[...] estejam as nossas aspirações à altura dos nossos deveres e jamais fraquejaremos; o nosso caminho há muito que está traçado, entremos denodadamente nele, e seja enfim a nossa norma: *res non verba*” (S.G.L. *apud* Guimarães, *op.cit*: 50). Importa acrescentar que neste apelo ao povo português, cujo objectivo era o de “[...] difundir o conhecimento histórico e geográfico às classes populares [...]” que só conhecem “[...] a África como lugar de degredados [...]”, incluía-se um “mapa de África a cores para ilustrar as longas descrições sobre as características físicas e económicas das regiões pretendidas” (*ibid*: 53-54). A S.G.L investe na divulgação do ensino da geografia e da história como meio mais eficaz para alicerçar o seu projecto de interesse nacional, pois defende tratar-se de “um dever imperioso que o país se empenhe no desenvolvimento das colónias, pois perdê-las seria a perda da independência” (*ibid*: 51).

Para além do contributo dos mapas e da Geografia na divulgação da ideologia nacionalista-colonialista, não se pode esquecer que ambas são em grande parte também responsáveis pela construção do Outro colonizado. Este processo decorre, em parte, de um dos problemas vitais que se coloca à expansão dos impérios coloniais do século XIX: a obrigatória ocupação dos territórios. A S.G.L. propôs que se desviasse a emigração portuguesa para África, que se destinava, na época, preferencialmente para o Brasil, mas para isso era necessário que, como atrás referimos, o português conhecesse África. A S.G.L. vai então produzir argumentos que procuram “[...] dissipar receios: nem o ‘indígena selvagem’ nem a insalubridade do clima constituem já motivo de apreensão” (*ibid*: 54). Estes objectivos são

acompanhados pelo desenvolvimento de estudos meteorológicos, de aclimação humana, de medicina tropical entre outros, cuja preocupação fundamental era, na época da expansão colonial, eliminar o medo do clima africano que então predominava, procurando assim incentivar a emigração. Estes estudos serão, provavelmente responsáveis pela (re)construção das imagens sobre os trópicos, o que não exclui a construção de representações acerca do habitante histórico dessas zonas. Veja-se como a S.G.L. se refere à população indígena:

a grande população indígena da África, e a sua extraordinária fecundidade; o instinto que a liga fortemente ao país em que nasceu; e a robustez e índole independente dos indivíduos, não permitem a hipótese do aniquilamento da população indígena, ou a sua substituição pelas raças emigrantes (Guimarães, 1984: 68).

E acrescentam que os africanos devem ser transformados em trabalhadores e consumidores, mas que deverão ser dirigidos por europeus pois “o africano é suposto ter capacidade de execução e boa índole desde que não receba más influencias e seja orientado no bom sentido” (*ibid*: 69).

Em suma para a S.G.L. “não é pois o indígena selvagem que mais é para recear, uma vez que se empreguem os meios próprios para exercer sobre eles o ascendente moral das raças civilizadas sobre as decaídas. Outros seriam os riscos a temer, se mais exacto conhecimento da região negra não tivesse vindo rectificar velhos erros e preconceitos de ignorância [...]. Já não há pois que temer o ‘indígena selvagem’. Seria pois o clima insalubre o maior perigo. Mas também aí já não há perigo - a África central é salubérrima” (S.G.L. *apud* Guimarães, *ibid*:38).

A missão civilizadora associada à ideia de progresso, que devia orientar uma sociedade científica actualizada, é indissociável destas representações:

Em outros países onde caducas civilizações forcejam para esconder à luz da ciência vastas porções de terra, lá vão os modernos paladinos em santa e pacífica cruzada arrancar o segredo dessas raças adversas que pareciam querer morrer abraçadas a retrógradas tradições; e nesses países imersos no rigoroso inverno da barbarie, são eles os percursores dessa grande e eterna primavera que deverá reinar por fim, quando o sol da civilização e do amor se erguer na sua serena e suave majestade para todos os povos da terra. A ciência da geografia é essencialmente fraternal (S.G.L. *apud* Guimarães, *ibid*: 48-49).

Estes excertos são representativos da forma como a exigência do conhecimento hegemónico de criar o “outro enquanto ser desprovido de saber e cultura foi o contraponto da exigência colonial de transportar a civilização e a sabedoria para povos vivendo nas trevas da ignorância. A segmentação básica da sociedade colonial entre ‘civilizados’ e ‘indígenas’, conferiu consistência a todo o sistema colonial através da redução dos autóctones à categoria de objectos naturais” (Meneses, Nunes, Santos, 2004: 24).

Voltando aos mapas, é importante referir que no seio do debate da delimitação das fronteiras dos impérios coloniais, não é comum encontrar-se referências aos habitantes que lhes pré-existem. Faz-se referência às ameaças que representam as invasões coloniais, aos recursos naturais mas quando se aborda a população esta só é considerada como um potencial aliado contra as potências rivais, ou como potencial trabalhador-consumidor. Ou seja não é relevante o direito histórico ao território dos seus habitantes originais. Estes só têm um valor: “o valor da sua utilidade” que só merece ser confrontado “[...] na medida em que ele é um recurso ou a via de acesso a um recurso” (Santos, 1999: 5).

No que respeita o problema da delimitação de fronteiras, se observarmos o mapa das colónias europeias em África (figura 14), e o compararmos com o mapa político de África actual (figura 15), rapidamente nos apercebemos que o traçado do

Saara, do Kalahari e da densa selva no Congo. Estes territórios, que se mantêm hoje tão extensos, não foram alvo de graves conflitos entre os invasores, por não produzirem as riquezas desejadas e constituírem um território de difícil penetração e por isso não foram objecto de uma divisão mais minuciosa.

Para terminar resta-nos por agora acrescentar que esta ocupação e partilha do território africano no século XIX e na primeira metade do século XX correspondeu aos desejos imperiais de conquista e exploração dos territórios então desconhecidos. Os recortes coloniais, desenhados por fronteiras impostas, de que África foi objecto, constituem uma herança imperial deixada aos povos africanos. Estas fronteiras tiveram origem no desejo de expansão dos impérios coloniais europeus e representam as rivalidades que existiam entre essas potências. Hoje as rivalidades são outras: rivalidades entre Estados que não reconhecem as fronteiras herdadas; entre povos que não se identificam com as linhas que separam as soberanias; entre fronteira e povos enclausurados artificialmente, condenados à morte pela impossibilidade de as atravessar. As fronteiras destes mapas deixaram ainda uma outra herança: as “zonas de contacto” que constituem espaços de relações desiguais mas também, e inevitavelmente espaços de coexistência, de intercâmbios e quiçá de oportunidade emancipatória.

Os Novos Mapeamentos

Não se poderia dar por encerrado este trabalho sem fazermos referência, ainda que de forma breve, a novos mapas desenhados hoje sob a forma de renovadas fronteiras. Embora tenhamos delimitado este estudo aos mapas políticos é, contudo, incontornável, abordar estes novos mapas os quais, embora de carácter temático, decorrem, mais uma vez, de relações desiguais.

O mapa da figura 16 representa a distribuição do produto interno per capita a nível mundial. Nesta escala facilmente se verifica a desigualdade desta distribuição:

na maioria do Continente africano esse produto é inferior a 1.000 dólares enquanto que na Europa, América do Norte e Austrália situa-se acima dos 15.000 dólares per capita. Por sua vez, se compararmos a África à Europa quanto a indicadores de pobreza, como por exemplo a desnutrição (figura 17), mais uma vez se verifica que o território africano é contemplado com as taxas mais elevadas. Outro tema que demonstra novamente esta desigualdade brutal entre os diversos continentes e territórios são as taxas de HIV/SIDA. No final de 2004 estimava-se que aproximadamente 39,4 milhões de crianças e adultos fossem portadores deste vírus: África representa mais de 25 milhões destes enquanto que a soma das taxas relativas à América do Norte e Europa Ocidental não chegam a atingir 2 milhões de infectados. Poderíamos falar ainda na distribuição de água potável, das taxas de poluição, de programas de vacinação, de mortalidade infantil, de acesso à educação. Enfim os exemplos são infindáveis.



figura 16 -distribuição mundial do produto interno per capita. O azul mais escuro indica os países onde esse é superior a 15.000 dólares; enquanto que as zonas em vermelho escuro representam aquelas onde este é inferior a 1.000 (Fonte: UNICEF, 2005)



figura 17 - distribuição da desnutrição nos territórios representados. Os círculos representam países onde mais de 3% das crianças menores de 5 anos, apresentam baixo peso, moderado ou grave, entre 1995-2000 (Fonte: UNICEF, 2005)

Mais uma vez o Sul distingue-se do Norte. As desigualdades Norte/Sul, que caracterizaram as multifacetadas relações colonizador/colonizado nas épocas de colonialismo político, assumem, hoje, outros contornos e novos conteúdos, os quais são particularmente visíveis nos mapas temáticos. Em grande parte desses, nomeadamente entre os que representam indicadores de pobreza, o Sul é, mais uma vez, o território do Outro; território de pobreza, de fome, de mortalidade infantil, do HIV.

4. Conclusão

Esta breve análise centrada, preferencial e predominantemente, na cartografia colonial procurou apenas ilustrar algumas das formas a partir das quais o conhecimento ocidental corresponde a um discurso de poder, tanto político, como epistemológico.

Quanto ao discurso político, os mapas contribuíram para a construção da representação dos “trópicos”. Para King (2003) esta representação deve ser entendida como um dos principais conceitos fundadores das “geografias imaginadas” do imperialismo uma vez que teve a capacidade de associar o clima, a natureza e o Outro. Fazer colónias significava, ao mesmo tempo, refazer a natureza e justificar a exploração do Outro. Esta produção colonial permitiu a identificação das regiões temperadas do norte com o normal e os trópicos com o Outro, um Outro climático, geográfico e moral. Esta “geografia imaginada”, que continua a existir na produção do conhecimento, originou, na época da expansão colonial, uma “consciência planetária do mundo” através da produção de imaginações globais que operaram como um espelho multifacetado através do qual a Europa pôde “projectar-se a si própria como ‘processo planetário de expansão’” (Pratt, op.cit: 34). Encontrar e instalar-se nos trópicos significava, simultaneamente, medo, risco e doença, o que combinado, em tempos diferentes, com vários níveis de racismo e de políticas do

controlo social, era um factor de influência dominante tanto das práticas sociais, espaciais e políticas coloniais, como das relações sociais estabelecidas. Esta representação de trópico associou-se à pretensão civilizadora que acompanhou a expansão colonial europeia a qual " [...] implicou a trasladação, para as colónias, dos modos de vida 'civilizados' [...]" que "[...]" incluíam não só as instituições e formas de vida europeias, como, em simultâneo, se desprezou e mesmo se aboliu - apelidando-as de bárbaras, selvagens, não-humanas - instituições e práticas locais" (Meneses, Nunes, Santos, 2004: 26). Seguindo a perspectiva de Edward Said, King acrescenta que, ainda hoje, se ignoram as realidades físicas, espaciais, culturais, políticas e ideológicas, entre outras, onde grande parte de discursos e representações coloniais foram produzidos, entre os quais os mapas (op.cit: 388). O discurso geográfico e a cartografia do período colonial serviram, assim, os propósitos de progresso que justificou e sustentou a expansão imperial.

Como Clayton nos recorda recorrendo à ideia de "geografia imaginada" de Said que alerta para a espacialidade do colonialismo e do império, as cumplicidades entre a geografia e os impérios induziram e sustentaram as relações imperiais. Através dos mapas, das narrativas de viagem e de exploração, de inventários de recursos, entre outros discursos e representações, a geografia funcionou como instrumento de posse material e intelectual. A preocupação que revela com imagens de espaços vazios não desenvolvidos, à espera da mão transformadora do ocidente, ilustra a perspectiva de uma geografia que pretendia encontrar um certo tipo de ordem no mundo (2003).

Para Livingstone a expansão colonial, sustentada cientificamente, construiu "geografias morais" de superioridade racial, através das relações estabelecidas entre o clima, a virtude e o desenvolvimento social. O clima, em particular, tornou-se um recurso de exploração hermenêutica para dar sentido às diferenças culturais e para projectar categorias morais no espaço global. A ciência ocidental produziu assim uma

região imaginada - os trópicos- que era, lugar de parasitas e patologias, um espaço que convidava à ocupação e gestão coloniais, um laboratório de selecção natural e de lutas raciais (Clayton, 2003: 359).

A análise efectuada parece também ir ao encontro da perspectiva de Meneses, Nunes e Santos quando afirmam que se o epistemicídio foi um processo “violento na Europa, foi-o muito mais nas outras regiões do mundo sujeitas ao colonialismo europeu. Este que, na sua fase ibérica, se justificara em nome de uma religião superior, passou na sua fase hegemónica, no século XIX, a justificar-se em nome de uma capacidade superior de conhecimento e de transformar o mundo, assente na ciência. A ciência e, em particular as ciências sociais assumiram, assim, a condição de ideologia legitimadora da subordinação dos países da periferia e da semiperiferia do sistema mundial [...]” (2004: 20). É neste sentido que Burnett, enfatizando o poder político dos mapas, sustenta que a história da cartografia proporciona uma exemplar arena para explorar como é que a produção representacional do império criou gestos imperiais dramáticos (*apud* Clayton, 2003: 360).

Por outro lado, no que se refere às definições de mapas e de cartografia, referimos que todo o conhecimento que não corresponde ao cânone das ciências cartográficas são excluídos da ciência e classificados como arte. Quanto à história das ciências cartográficas tudo parece indicar que a construção de mapas correspondeu à “concepção cumulativa do progresso da ciência” que privilegia uma “acumulação selectiva de sucessos, tendendo a ocultar a contribuição crucial da controvérsia ou do erro para a produção do conhecimento científico” (Meneses, Nunes, Santos, 2004: 20). Observamos que a construção das ciências cartográficas não se fez sem o contributo de formulações imprecisas e muitas vezes “erradas” dos territórios geográficos representados, nem tão pouco sem conflitos entre conhecimentos que podemos considerar rivais no próprio seio das ciências,

características que são menosprezadas nas análises convencionais desta história. Clayton indica que se podem encontrar momentos de ambivalências no registo cartográfico e que alguns geógrafos começam a interrogar as certezas espaciais dos mapas (2003: 361). As controvérsias presentes no seio das ciências cartográficas ocidentais, que revelam que estes conhecimentos não são neutros mas sim ideologicamente orientados e com efeitos que servem ambições imperiais, são exemplo disso.

Por outro lado, esta história tende também a ignorar ou a ocultar “[...] processos históricos de constituição de conhecimento e das posições e correntes que, em cada momento, foram derrotadas ou remetidas para posições marginais em relação às teorias e concepções dominantes” (Meneses, Nunes, Santos, 2004: 20). Como vimos, parte de alguns conhecimentos utilizados na construção de mapas foram “cedidos” por povos ou pessoas que habitavam ou percorriam os territórios em fase de mapeamento, conhecimentos que não foram reconhecidos como conhecimento legítimo. Estes encontros entre exploradores, viajantes, geógrafos, escravos, pombeiros, são relatados em registos efectuados por geógrafos ou exploradores, mas os conhecimentos que a ciência aproveitou desses contactos não são reconhecidos enquanto conhecimentos legítimos. Clayton alerta precisamente para a necessidade de investigar os conhecimentos locais que os viajantes ocidentais usaram e rasuraram, e interrogar as circunstâncias físicas e culturais nas quais o conhecimento cartográfico foi concebido (2003: 361). Na mesma linha Pratt (op.cit), preocupada em descolonizar o conhecimento, alerta para a necessidade de adoptar uma perspectiva de contacto a qual permite realçar a forma como os sujeitos são constituídos dentro e através das relações que estabelecem nas “zonas de contacto”. Este conceito implica que as relações coloniais, predominantemente desiguitárias, aconteceram em espaços de coexistência, de copresença, de intercâmbios o que muito provavelmente deu origem a práticas e a conhecimentos transculturais que,

ainda hoje, são praticamente desconhecidos ou ignorados pelo mundo científico ocidental.

Por outro lado, existem também os outros mapas, por exemplo os dos nómadas, que são totalmente ignorados pela ciência. Estes conhecimentos ancestrais assentam e atribuem significados a modos de vida que parecem inconciliáveis com a modernidade ocidental. O nomadismo representa por excelência a transgressão dos códigos sociais contemporâneos delineados pela delimitação de fronteiras. Segundo Deleuze e Guattaro o nomadismo representa uma resistência ao controlo hegemónico das instituições do Estado. Uma análise dos ciganos ou *travellers* da Europa, mostra a forma como, ao longo dos últimos 100 anos, o Estado tem olhado aqueles que vivem numa situação de permanente migração, como um fenómeno que requer uma dura intervenção, estabilização e controlo (Young, 2003: 52-53).

O resultado deste processo de delimitação do território que encerra as pessoas em fronteiras reguladoras, assume um papel central na constituição das “comunidades imaginadas”, onde a construção das identidades nacionais modernas consistiram, simultaneamente, na assimilação daquilo que é semelhante e na exclusão daquilo que é diferente.

Deste modo para além da problemática epistemológica relativa aos mapas nómadas, não podemos deixar aqui de alertar para algumas das consequências sociais que significou e ainda significa a delimitação dos territórios que tem acompanhado a modernidade e a constituição dos estados-nação. Para Young (2003), o nomadismo tem sido o estado de existência forçada de milhares de pessoas. A ausência de terra constitui o problema central para muitas comunidades no mundo, assim como para milhões de refugiados, que não têm terra no sentido material do termo, mas que também são sem terra em relação ao seu Estado, e são nómadas no seu modo de vida muitas vezes suspenso entre partidas e chegadas.

Por essa e muitas outras razões é que hoje alguns autores procuram esclarecer as formas como a nação opera como força opressora e propõem perspectivas alternativas à nação que, segundo Young, começam não pela idealização do que ela deve ser, mas do que é. Isto significa pensar a nação pós-colonial, ou o pós-imperial, em termos de fragmentos, constituídos por partes e pessoas que não lhe pertencem facilmente, e que existem nas suas margens (2003:63). O *Sahel* é ilustrativo deste fenómeno: trata-se de um espaço da margem, a margem do deserto vazio, de um ponto de intersecção entre o espaço sedentário e o espaço nómada, de uma “zona de contacto” na qual coexistem sedentário e nómada e os respectivos modos de vida. Quando analisado em função da relação que cada um deles estabelece com o território aparece-nos um espaço dicotómico e, frequentemente conflitual. Porém, trata-se também do espaço onde nómada e sedentário são interdependentes: o nómada vende os seus rebanhos e todos os produtos que derivam da pastorícia; enquanto que, em troca, o sedentário cede-lhe os pastos. Este e outros exemplos são por sua vez ilustrativos da necessidade de se proceder a abordagens que privilegiem a análise dos espaços de diálogo, de encontro e de transculturações para as quais Pratt tem chamado a nossa atenção. Outros autores, como Jacobs, alertam ainda para a necessidade de se investigarem os imaginários, as lógicas e as diversas práticas ao serviço da expansão e da manutenção do imperialismo, nomeadamente para evitar a “amnésia histórica” que ainda hoje parece caracterizar a geografia, e para potencializar a construção de geografias alternativas, com objectivos pós-coloniais (2003: 347).

Estas perspectivas são tanto mais pertinentes quanto mais se reconhece que “o colonialismo terminou enquanto relação política mas não enquanto relação social, permanecendo sob a forma da colonialidade do poder. Nas relações entre o norte e o sul, entre o centro e as periferias do sistema mundial, a colonialidade do poder é,

desde o século XIX e hoje mais do que nunca, um efeito da colonialidade do saber científico" (Meneses, Nunes, Santos, 2004: 83-84).

¹ Existem diversos tipos de mapas, ou cartas segundo a terminologia mais utilizada hoje entre os geógrafos. Uma das tipologias é a que distingue as cartas de base (as geográficas, corográficas e topográficas) das cartas temáticas (administrativas, demográficas, de ocupação de solo, políticas entre muitas outras). Para um maior conhecimento desta classificação ver Joaquim Gaspar (2005: 4-13). Neste trabalho, e quanto à cartografia ocidental, só abordaremos as denominadas cartas políticas que "[...] representam, essencialmente, as fronteiras entre países e os principais centros populacionais" (*ibid*: 10).

² A criação da palavra Cartografia é atribuída a um Português "[...] o 2º Visconde de Santarém (1791-1856), Manuel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Machado Leitão e Carvalhosa, o qual a usou pela primeira vez numa carta escrita em Paris em 08 de Dezembro de 1839 e enviada ao historiador Português Francisco Adolfo Varnhagen" (Alves e Cruz, 1984).

³ Estes são apenas alguns dos critérios de cientificidade utilizados na construção de cartas e de projecções cartográficas. Para obter mais informações sobre esses critérios consulte-se (Gaspar, 2005).

⁴ O mesmo é reconhecido no que respeita as projecções cartográficas: "Uma projecção cartográfica é um projecto para reproduzir todas ou parte de uma superfície redonda numa folha plana. Somente esta representação permite uma armazenagem fácil e não dependem da escala a utilizar. Esta operação é a operação mais difícil de conseguir dado que a superfície terrestre não é planificável. Dado que tal não é possível fazer sem deformação, o cartógrafo deve escolher qual a característica que deve aparecer correctamente, em prejuízo das outras, ou contemporizar com todas elas não aparecendo nenhuma correcta" (Alves e Cruz, 1984).

⁵ Parâmetros como a extensão da região a representar; a latitude média da região e características como a área, a escala e a direcção, entre outras.

⁶ A projecção de Peters aparece a par da de Mercator e da de Robinson.

⁷ A projecção de Peters foi alvo de duras críticas: umas consideram-na uma projecção enganosa; outras consideram que não se trata de uma projecção original e que se trata de uma cópia de uma projecção da metade do século XIX feita pelo Reverendo Escosés James Gall em 1885.

⁸ Como por exemplo o caso dos navegadores Hernán Cortés e Bernal Diaz del Castillo. (INEGI <http://mapserver.inegi.gob.mx/geografia/espanol/prodyserv/marcoteo/carmex/carmex.cfm?c=236> consultado em 30/05/2005)

⁹ Este desejo aparece já em 1616, quando o governador de Angola, Luis Mendes de Vasconcelos propõe a formação deste grande império e em 1656 envia-se uma expedição para África com este propósito (Guimarães, 1984: 15-16).

Índice de Figuras

Capa - *Upside-down Map* de Joaquín Torres-García (1943) (fonte: Ríos, 2001)

1- Processo de transformação da representação de uma porção da terra numa superfície plana.

2- Mapa de S. Isidoro de Sevilha (séc.VII), impresso em 1472.

3- Projecção Cilíndrica de Mercator.

4- Projecção Mercator.

5- Projecção de Peters.

6- Mapa mental do mundo desenhado por crianças.

7- Mapa Mundo de Eratóstenes.

8- Mapa mundo Ptolomaico.

- 9- Carta atlântica e do pacífico oriental de João Teixeira Albernaz.
- 10- Mapa pré-hispânico.
- 11- Via dos cânticos da região da linguagem Warlpiri.
- 12- Mapa do tratado de Tordesilhas.
- 13- Mapa Cor de Rosa.
- 14- Mapa das colónias europeias em África.
- 15- Mapa político de África.
- 16- Distribuição mundial do produto interno per capita.
- 17- Distribuição da desnutrição nos territórios representados.

Bibliografia

- Alves, J. A. D.; Cruz, J. S. (reunidos por) (1984) *Topografia*, Cadeira 23 E - I VOLUME (ACADEMIA MILITAR)
- Atkinson, David (2003), "Geographical knowledge and scientific survey in the construction of Italian Libya", *Modern Italy*, 8 (1), pp 9-29
- Careri, Francesco (2002), *Walkscapes*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Clayton, Daniel, (2003) "Critical Imperial and Colonial Geographies" in Kay Anderson, Mona Domosh et al (ed) *Handbook of Cultural Geography*. London: Sage Publications, pp. 354-368
- Defarges, Philippe M. (2003), *Introdução à Geopolítica*. Lisboa: Gradiva.
- Galeano, Eduardo (1998), *Patas Arriba - la escuela del mundo al revés*. Buenos Aires: Catálogos S.R.L.
- Gaspar, Joaquim A. (2005) *Cartas e Projecções Cartográficas*. Lisboa: Lidel
- Guimarães, Ângela (1984), *Uma Corrente do Colonialismo Português: a Sociedade de Geografia de Lisboa, 1875-1895*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Jacobs, Jane M. (ed) (2003) "Aster empire" in Kay Anderson, Mona Domosh et al (ed) *Handbook of Cultural Geography*. London: Sage Publications, pp 345-353.

King, Anthony D. (2003), "Cultures and Spaces of postcolonial Knowledges" in Kay Anderson, Mona Domosh et al (ed) *Handbook of Cultural Geography*. London: Sage Publications, pp 381-397.

Pratt, Mary Louise (1992), *Imperial eyes - travel writing and transculturation*. London: Routledge.

Meneses, Maria P.; Nunes, João A.; Santos, Boaventura S. (2004) "Introdução: para ampliar o Cânone da Ciência: a Diversidade Epistémica do Mundo" in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Semear Outras Soluções. Os Caminhos da Biodiversidade e dos Conhecimentos Rivaís*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 19-101.

Santos, Boaventura Sousa (1999), "o Fim das Descobertas Imperiais", *Notícias do Milénio*, Edição Especial do diário de Notícias.

Young, Robert, J.C. (2003) *Postcolonialism: a very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press.

Fontes

Achugar, Hugo (2000) *Territorios y Memorias versus Lógica del Mercado*, <http://acd.ufrj.br/pacc/artelatina/hugo.html>

Artehistoria (2001),

<http://www.artehistoria.com/frames.htm?http://www.artehistoria.com/historia/obras/8044.htm>.

BIBLIOTECA NACIONAL (2000),

http://bnd.bn.pt/ed/eca_queiros/iconografia/imagens/cc976a/cc976a.html.

EL RINCÓN DEL VARGO, http://html.rincondelvago.com/africa_cartografia.html,

consultado em 30/05/2005.

EARTH SCIENCES & MAP LIBRERY (2005), <http://www.lib.berkeley.edu/EART/tour/>.

GRUPO RETIS DE PESQUISA (2002), <http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/index.htm> .

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA GEOGRAFIA E INFORMÁTICA,

<http://mapserver.inegi.gob.mx/geografia/espanol/prodyserv/marcoteo/carmex/carmex.cfm?c=236>, consultado 30/05/2005.

Krygier, J.B. (2003), *La proyección de Peters*

<http://www.cartesia.org/articulo124.html>.

Ospina, Pablo (1996), Imaginarios nacionalistas: historia y significados nacionales en Ecuador, siglos XIX y XX. <http://www.laticulture.com/cd-rom/fichasbibliograficas/375-379.htm>.

Pombo, Olga, <http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/enciclopedia/cap2p2/encmed.htm>, consultado em 5/09/2005.

Ríos, Alberto (2001),

<http://www.public.asu.edu/~aarios/resourcebank/maps/page4.html> consultado em 4/05/2005.

Rodrigues, Adriano D. (2005) *O devir nómada da sedentarização*
<http://www.geocities.com/Paris/Bistro/5657/adr001htm>.

UNICEF, <http://www.unicef.pt/artigo.php?cid=1338> consultado em 2/09/2005.

Universia

Brasil,

http://www.universiabrasil.net/images/materias/livro_minas/ft_minas001.htm,

consultado em 1/09/2005.

Wilson, A. Ribeiro (2005), <http://greciantiga.org/exp/exped04.asp> consultado em 2/09/2005.